

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Diretor Administrativo, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MAIOR DESCONTO**, de acordo com o Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência 07/2025, ambos emitidos pelo Departamento de oficina da SURG em 10 de fevereiro de 2025 e especificações contidas no ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, os Decretos Municipais nº 8089/20 e nº 7545/2019, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

7 de abril de 2025 às 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 929391 – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: Pelo site www.surg.com.br/surg/licitacoes, na sede da SURG à rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br

Pregoeiro: Paulo Cezar Tracz ou Leiliane Ap. Santos Gaspar

Equipe de Apoio: Felipe Veroni Caldas / Nayara Kaminski de Oliveira

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção preventiva, corretiva e abastecimento de veículos e equipamentos utilizados pela SURG**, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referência, Anexo I deste Edital.

1.1.1. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante do ANEXO I, podendo a licitante participar desde que atendidos os requisitos do Item 4 - Da participação no pregão.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o maior desconto, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.1.3. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos os requisitos legais previstos ao caso no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

1.1.4. Valor máximo total da presente licitação é de R\$ 3.630.000,00 (três milhões seiscentos e trinta mil reais).

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de serviços e fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, (prestadora de serviço de gerenciamento por sistema eletrônico para aquisição de insumos ou equivalentes) e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.2.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.2.3.1. Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste pregão um produto/serviço simples e comum.

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.

4.4.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. Independente do porte da entidade, deverá assinalar, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei específica e neste Edital.

5 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a indicação do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.1.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente declarado vencedor.

5.2. O envio da proposta pelos licitantes, bem como dos seus anexos pelo licitante provisoriamente declarado vencedor, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas.

6 – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Taxa de administração registrado será considerada NEGATIVA.

6.1.2. Quantidade - deve ser igual a 1 na presente licitação.

6.1.3. Declarações.

6.2. Fica obrigada a fornecer todos os itens constantes nas tabelas do Anexo I.

- 6.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.4.** Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto e/ou prestação de serviços, conforme o caso.
- 6.4.1.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 151 do RILCC da SURG.
- 6.4.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a SURG deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no RILCC da SURG.
- 6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.8.** NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.**
- 6.9.** A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.
- 6.10.** O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no termo de referência.
- 6.11.** Tendo em vista que a taxa de administração permitida pela SURG é negativa, o valor ofertado no sistema comprasnet pela licitante será considerado negativo.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.3.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.3.1. O lance deverá ser ofertado em porcentagem de maior desconto para a SURG.**
- 7.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.5.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)**
- 7.6.1.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.
- 7.6.2.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.8.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 7.9.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.10.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 25 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.11.** Será adotado para o envio de lances neste pregão **o modo de disputa aberto**;
- 7.11.1** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.
- 7.11.2** Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.3** A prorrogação automática de que trata o item 7.11.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.11.4** Na hipótese de não haver lances 7.11.1 e 7.11.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.11.5** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.12.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a SURG poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
- 7.13.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, nos termos do disposto no item 7.11.
- 7.15.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.16.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.17.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.** No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
- 7.20.** No caso da existência de itens de cota reservada à MEI, ME ou EPP e esta for vencedora de ambos os itens - ampla concorrência e cota reservada - a contratação deverá ocorrer pelo menor preço, situação na qual o pregoeiro verificará e solicitará ao detentor da melhor proposta que ajuste o valor do item de forma igual.
- 7.20.1.** Ao recusar-se a realizar o ajuste que trata o item 7.20 deste edital, o licitante será desclassificado de ambos os itens, ficando sujeito a sanções cabíveis.
- 7.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.22.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 7.22.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.22.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos **neste edital**;
- 7.22.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- 7.22.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, sucessivamente, aos bens produzidos por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.25. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública ou encaminhada a proposta final na fase fechada, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3. Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos.

8.4. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor.

8.5. Será convocado o licitante subsequente, respeitando o ordenamento prévio e as disposições relativas à preferência para microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas que tenha direito ao tratamento diferenciado previsto na LC 123/06, quando o licitante anterior for desclassificado ou inabilitado na forma do item.

8.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável.

9.2.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Neste caso, a inexecutabilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.2.2. Para obras e serviços de engenharia, a licitante que apresentar proposta com valor global inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: média aritmética dos valores das propostas das licitantes que participaram da fase de lance do certame superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou, (ii) valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.2.3. Para os demais bens e serviços em geral, a licitante que apresentar proposta com valor global ou unitário inferior a 70% (setenta por cento) do valor do orçamento estimado pela sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

9.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema**, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.3.1. Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o

modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

9.4. A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá:

9.4.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.4.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.4.3. Os **percentuais de desconto** deverão ser arredondados para baixo até 2 (duas) casas decimais.

9.4.4. Deverá conter todas as informações exigidas nos **ANEXOS I e IV** do Edital.

9.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas quanto ao cumprimento das especificações do objeto, desclassificando as que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.5.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Da mesma forma ocorrerá em caso de não aceitação das amostras;

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor do melhor lance, que deverá enviar a partir da solicitação do pregoeiro, no prazo por ele informado.

10.1.1. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.2. Se o licitante vencedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente **quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. SICAF;

10.2.2. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

10.2.3. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR, disponível no endereço <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>.

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

10.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro verificará sua abrangência e, em caso da mesma contemplar a esfera da SURG, reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.

10.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, qualificação econômico financeira e técnica, conforme o caso, nas condições seguintes:

10.6. Habilitação jurídica

10.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

10.7.2. Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;

10.7.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

10.7.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

10.7.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS).

10.7.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

10.7.7. No caso de participação no certame de empresa matriz, em que a execução do objeto será realizada por filial, é obrigatória a apresentação dos documentos de regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial.

10.8. Qualificação Econômico-Financeira

10.8.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

10.8.2. Balanço patrimonial com notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.8.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.8.2.2. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial;

c) Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

10.8.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

10.8.3. Demonstrativo de capacidade financeira, conforme modelo do **Anexo V**, assinada por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, demonstrando a boa situação financeira do licitante, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "on line".

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente, e Solvência Geral igual ou inferior a 1 (um), deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.8.4. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1;

A justificativa para os índices contábeis acima, em atenção ao artigo 45, §1º e §5º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira do licitante, razão pela qual não representam restritividade indevida.

10.9. Qualificação Técnica:

10.9.1. Comprovação de desempenho técnico da empresa, por meio de certidões, atestados ou declarações expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) objeto(s) desta licitação. (objeto é gestão de (qualquer produto) por meio de sistema eletrônico).

10.9.1.1. Esta declaração deverá conter **CNPJ da empresa declarante e assinatura reconhecida/ ou digitalmente verificável pelo site <https://validar.iti.gov.br/> , salvo se for órgão público.**

10.10. Declarações:

10.9.1. Declaração Unificada, nos moldes **do Anexo V**, devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da empresa.

10.11. Toda documentação poderá ser devidamente revisada pelo auxiliar da equipe de apoio anteriormente à decisão final da Autoridade competente em homologar o certame, a fim de evitar que as sessões sejam mais longas do que o habitual.

10.12. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.

10.12.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.13. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.14. Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento ou neste edital, deverão ter sido emitidos em até 120 (cento e vinte) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.

10.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.18. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detenha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.18.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

10.19. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.20. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.21. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11 – DOS RECURSOS

- 11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, seguirá da seguinte forma:
- 11.2.** O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da manifestação.
- 11.2.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.2.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
- 11.3.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.4.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 5 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo das razões de recurso do recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7.** Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.
- 11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida.
- 11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2.** Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.
- 13.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – GARANTIA

- 14.1.** Não aplicável na presente contratação.

15 – LAUDOS E AMOSTRAS

- 15.1.** Não aplicável na presente contratação.

16 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1** Após a homologação da licitação, O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação para assinar o contrato, de acordo com as orientações repassadas pelo Departamento de Licitações e Contratos da SURG.

16.1.1. O contrato terá vigência de 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos os requisitos legais previstos ao caso no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, podendo ser rescindido a qualquer momento havendo irregularidade por parte da contratada.

16.1.2. A minuta do contrato está disponível no **Anexo II**.

16.1.3. A cada renovação do contrato haverá a renovação do quantitativo para o período, mantendo a não obrigatoriedade de contratação total, visto que o quantitativo é baseado em estimativas de consumo.

6.2. Após a homologação do certame o licitante deverá realizar cadastro no sistema operacional utilizado pela SURG para fins de realização da assinatura do respectivo termo, seguindo as orientações que serão repassadas pelo Departamento de Licitações.

16.2.1. Para que a assinatura seja válida é necessário realizar validação da identidade do responsável pela assinatura, que poderá ser feita por meio de certificado digital pessoal ou pela realização de um pix no valor de R\$ 0,01, que tem o objetivo confirmar que o CPF cadastrado no sistema é de fato do responsável legal e que poderá ser reembolsado caso o usuário deseje.

16.3. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, devendo seguir as orientações do Departamento de Licitações.

16.3.1. Em caso de dúvidas no processo de cadastro e assinatura o licitante deve entrar em contato pelo telefone: (42) 3630-0500 ou via e-mail juridico@surg.com.br.

16.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.5. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração do contrato, por meio de dispensa de licitação.

16.6. Quando solicitado, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar: (i) documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa, se for o caso; e, (ii) Planilha de composição do novo preço (preço reajustado), com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa, juntamente com a cópia dos orçamentos e ou notas fiscais de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual e futura solicitação de revisão/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, (iii) apresentar as Certidões Negativas de Débitos Federais, CRF/FGTS e CNDT.

16.6.1. Quando da assinatura do contrato, o fornecedor deverá apresentar também todos os documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista solicitados para a habilitação do fornecedor.

16.6.2. A não apresentação desses documentos implicará na pena de decair do direito à assinatura do contrato (quando for o caso) e sofrer as sanções cabíveis.

16.7. Também previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

16.7.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.8. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.9. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

16.10. A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme **Anexo I**) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;

d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso;

e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

16.11. As multas mencionadas no **item 16.10.** serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

16.12. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.

16.13. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17 – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

17.2. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

17.3. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

c) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

d) O cumprimento das exigências previstas no Edital de licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme **item 17.4.**

17.4. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura das propostas de preços;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

17.4.1. Faculta-se a juntada – no sistema eletrônico – de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

17.4.2. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no **item 17.3**, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

17.4.3. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.

17.4.4. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

17.5. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constate:

I - ausência de elevação dos encargos do particular;

II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;

IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

17.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.7. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão da ata/ contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

17.8. Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

17.9. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento do objeto e/ou prestação de serviços durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

17.10. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

17.11. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

18 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG

19.1. São obrigações da Contratante:

19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como nos contratos, atas e demais documentos que deles derivarem;

19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e nos contratos, atas e demais termos da presente contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto e/ou prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

19.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.3. São obrigações da Contratada:

19.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

19.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

19.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a SURG, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

- 19.3.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- 19.3.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.
- 19.3.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 25 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 19.3.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.3.8.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 19.3.9.** Prestar garantia de fábrica para os produtos ofertados.
- 19.3.10.** Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 19.3.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (Anexo I) ou na minuta de contrato;
- 19.3.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 19.3.13.** Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 19.3.14.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 19.3.15.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 19.3.16.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

20 – DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** parte integrante desse edital.

21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

21.2. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I** - advertência;
- II** - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III** - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV** - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

21.2.1. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

21.3. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I** - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II** - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;
- III** - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV** - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V** - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI** - incorrer em inexecução contratual; e
- VII** - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

21.4. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

21.4.1. A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

21.4.2. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

21.5. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;

IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

21.5.1. Ocorrendo uma infração contratual apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

21.5.2. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedores do Município para fins de registro.

21.5.3. Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

21.5.4. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

21.5.5. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

21.5.6. O valor da multa aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;

II - pago por meio de Guia de Recolhimento;

III - descontado do valor da garantia prestada; ou

IV - cobrado judicialmente.

21.5.7. A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

21.6. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.6.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

21.6.2. Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindir-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

21.6.3. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

21.7. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **juridico@surg.com.br**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.surg.com.br e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e de suas alterações e das condições do objeto da presente licitação, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento das características do objeto da presente como elemento impeditivo da correta formulação da proposta de preço.

22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **juridico@surg.com.br**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.surg.com.br e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e de suas alterações e das condições do objeto da presente licitação, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento das características do objeto da presente como elemento impeditivo da correta formulação da proposta de preço.

23 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

23.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

24 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO / CONTRATO

24.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2025, fica designada Gestora das contratações a **Sra. Jorgete Lacerda**.

24.2. Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:

- I** - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (**Anexo I**), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- II** - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III** - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV** - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V** - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI** - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII** - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII** - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX** - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X** - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;

- XI** - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XII** - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XIII** - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;
- XIV** - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, descontinuidades;
- XV** - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;
- XVI** - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;
- XVII** - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;
- XVIII** - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIX** - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

25 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

25.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2025, ficam designados Fiscais de Contrato os **Srs. Leandro Monteiro da Silva** para o lote 1 (veículos e máquinas), **Eduardo Moreira da Rosa** (equipamentos) e **Ana Flávia Tractz da Luz** para o lote 2

25.2. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

- I** - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).
- II** - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;
- III** - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;
- IV** - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- V** - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;
- VI** - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;
- VII** - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;
- VIII** - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;
- IX** - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;
- X** - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;
- XI** - Elaborar Relatório de Análise Técnica.

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 26.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.4.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o SURG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;
- 26.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.
- 26.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.10.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 26.11.** Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 26.12.** Os documentos assinados digitalmente pelos licitantes deverão ser passíveis de verificação pelo site <https://validar.iti.gov.br/>
- 26.13.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.
- 26.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.surg.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, data conforme assinatura digital.

FLÁVIO JOSÉ SILVESTRI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025 - Processo Administrativo nº 04/2025

1. DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção preventiva, corretiva e abastecimento de veículos e equipamentos utilizados pela SURG, conforme especificações estabelecidas abaixo:

1.1. O custo estimado total da presente licitação é de R\$ 3.630.000,00 (três milhões seiscentos e trinta mil reais).

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Taxa de administração mínima admitida
01	1	un	Prestação de serviços de gestão de manutenção de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção corretiva e preventiva de veículos e equipamentos utilizados pela SURG, por meio de rede de estabelecimentos especializados e credenciados, nas condições do termo de referência.	-2,91%
02	1	un	Prestação de serviços de gestão de combustível por meio de sistema eletrônico, para abastecimento dos veículos e equipamentos utilizados pela SURG, por meio de rede de estabelecimentos credenciados, com o fornecimento de etanol e arla a granel, nas condições do termo de referência.	-2,87%

1.2. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência.

1.1. A Contratante pagará mensalmente à Contratada, a título de taxa de Administração, um percentual que incidirá sobre o valor de produtos utilizados na Rede Credenciada, sendo admitidas ofertas da taxa de administração mínimas de -2,91% para o lote 1 e -2,87% para o lote 2 ou seja, maior desconto pela gestão de manutenção/abastecimento.

2. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

2.1. A contratada deverá iniciar a prestação de serviços conforme a necessidade da SURG, imediatamente após a implantação referida no item 2.2.

2.2. A contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para implantação do sistema e apresentação da rede de estabelecimentos credenciados, contados a partir da data da assinatura do contrato.

2.3. A prestação de serviços deverá ocorrer ininterruptamente, inclusive aos finais de semana, de acordo com a demanda.

2.4. A SURG se reserva ao direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

2.5. A título de taxa de Administração um percentual incidirá sobre o valor de produtos e serviços utilizados na Rede Credenciada de estabelecimentos.

2.6. Serão admitidas ofertas da taxa de administração mínima de -2,91% pela gestão de frotas e equipamentos e de -2,87% para gestão de abastecimento. A taxa de administração contratada será fixa e irrevogável.

GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

2.7. Deverá ser realizado serviço de gestão de veículos e equipamentos, sendo que este se trata de informações técnicas e relatórios necessários para auxiliar a Contratante na tomada de decisões. Estando compreendido nisso: histórico, estatísticas de manutenção, lista de peças repostas, pareceres técnicos, avaliações de obsolescência e relatórios financeiros. O sistema deve permitir também a definição de data de pesquisa para emissão dos relatórios.

2.8. QUANTITATIVO DE GASTOS GERAIS COM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

TIPO DE SERVIÇO	VALOR ESTIMADO APROXIMADO (ÚLTIMOS 24 MESES)
MANUTENÇÃO CORRETIVA/PREVENTIVA, PEÇAS/ACESSÓRIOS	R\$ 3.500.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL	R\$ 3.500.000,00

2.8.1. O valor estimado foi baseado no consumo da SURG nos últimos 24 meses, acrescido de uma margem, a fim de garantir que o saldo contratual seja suficiente para um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.8.2. O valor máximo é meramente estimado, não se obrigando a SURG ao consumo do valor total estimado para esta contratação.

2.9. FROTA DA SURG NO MOMENTO

VEÍCULOS E MÁQUINAS

Marca	Modelo	Ano	Tipo Veículo
FIAT	PALIO	2000/2000	LEVE
FIAT	UNO	2001/2002	LEVE
CHEVROLET	CELTA	2002/2002	LEVE
VOLKSWAGEN	GOL 1.6 MI	1997/1997	LEVE
VOLKSWAGEN	GOL PLUS 1.6	2004/2004	LEVE
FIAT	UNO	2004/2005	LEVE
FIAT	UNO	2004/2005	LEVE
FIAT	UNO MILLE FIRE	2004/2005	LEVE
FIAT	UNO	2004/2005	LEVE
FIAT	PALIO	2008/2009	LEVE
VOLKSWAGEN	GOL 1.0 GIV	2013/2014	LEVE
RENAULT	CLIO	2015/2016	LEVE
RENAULT	CLIO	2015/2016	LEVE
FORD	COURIER	2010/2010	LEVE
CHEVROLET	ASTRA	2002/2003	LEVE
CHEVROLET	CORSA CLASSIC	2009/2010	LEVE
MOTO DE PINTURA	MOTO	2017	LEVE
TOYOTA	BANDEIRANTES	1986/1986	UTILITÁRIO
TOYOTA	BANDEIRANTES	1989/1989	UTILITÁRIO
CHEVROLET	S10 2.8 D	2000/2000	UTILITÁRIO
MITSUBISHI	L200	2003/2003	UTILITÁRIO
VOLKSWAGEN	SAVEIRO	2006/2006	UTILITÁRIO
VOLKSWAGEN	SAVEIRO	2006/2006	UTILITÁRIO
VOLKSWAGEN	KOMBI	2007/2008	UTILITÁRIO
IVECO	VAN IVECO	2007/2007	UTILITÁRIO
CITROEN	JUMPER M33M HDI	2009/2009	UTILITÁRIO
RENAULT	MASTER	2010/2011	UTILITÁRIO
VOLKSWAGEN	KOMBI	2012/2013	UTILITÁRIO
VOLKSWAGEN	KOMBI	2013/2014	UTILITÁRIO
JINBEI TOPIC	TOPIC	2012/2013	UTILITÁRIO
MERCEDES	L1113	1986/1987	CAMINHÃO
VOLKSWAGEN	V17.210 MWM	2004/2004	CAMINHÃO
VOLKSWAGEN	V17.210 PIPA	2004/2004	CAMINHÃO
VOLKSWAGEN	V17.210 MWM	2004/2004	CAMINHÃO
FORD	CARGO 1319	2013/2014	CAMINHÃO
HYUNDAI	HD80	2022/2023	CAMINHÃO
IVECO	TECTOR 17-210	2023/2023	CAMINHÃO
IVECO	20V18HD	2015/2015	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 2430	2019/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 2430	2019/2020	CAMINHÃO

MERCEDES	ATEGO 2430	2019/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 2430	2019/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 2430	2019/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 2430	2019/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ACCELO 815	2019/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ACCELO 815	2019/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
MERCEDES	ATEGO 1729 CL	2020/2020	CAMINHÃO
CASE	PÁ CARREGADEIRA W20B	1989/1989	MÁQUINA
JOHN DEERE	ESCAVADEIRA 160G LC	2019/2019	MÁQUINA
BOBCAT	MINICARREGADEIRA 5570	2021/2021	MÁQUINA
BOBCAT	MINICARREGADEIRA 5570	2021/2021	MÁQUINA
CATERPILLAR	MOTONIVELADORA 120H VHP145	2014/2014	MÁQUINA
LIUGONG	ROLO COMPACTADOR CLG 612H	2019/2019	MÁQUINA
TEMA TERRA	ROLO COMPACTADOR SPV 68	1980/1980	MÁQUINA
CATERPILLAR	ROLO COMPACTADOR CB10	2019/2019	MÁQUINA
MULLER	ROLO COMPACTADOR AP 26H	2012/2012	MÁQUINA
JCB	RETROESCAVADEIRA 3CXTT	2016/2016	MÁQUINA
NEW HOLLAND	RETROESCAVADEIRA B95B	2019/2019	MÁQUINA
RANDON	RETROESCAVADEIRA RD406	2017/2017	MÁQUINA
CATERPILLAR	RETROESCAVADEIRA MG416E	2014/2014	MÁQUINA
FORD	TRATOR 7610	1991/1991	MÁQUINA
FORD	TRATOR 4630	1995/1995	MÁQUINA
MASSEY FERGUSON	TRATOR 275	1989/1989	MÁQUINA
MASSEY FERGUSON	TRATO 283	1985/1985	MÁQUINA
MASSEY FERGUSON	TRATOR 86HS	-	MÁQUINA
VIBROACABORA CIBER	115C	1995/1995	MÁQUINA
VIBROACABADORA BOMAG	VDA 421 MAX	2023/2023	MÁQUINA

EQUIPAMENTOS

ALISADORA DE PISO	TOYAMA
APARELHO DE SOLDA	250 AMPERES BAMBOZZI
APARELHO DE SOLDA 160A	-
BETONEIRA ELETRICA	MERCOSUL 2CV
BOMBA AGRÍCOLA	KAWASHIMA S40
CARRINHOS ELÉTRICOS	ECOCCELL
COMPACTADORES DE TERRA	TOYAMA
COMPRESSOR 10 HP - MOTOR DIESEL	-
COMPRESSOR 2 HP	-
COMPRESSOR 40PCM	PRESSURE
CORTADOR DE GRAMA FLUTUANTE	HUSQVARNA MODELO GX 560
CORTADOR DE PISO/ASFALTO	MECAN-M-110/18
CORTADORA DE PISO A DISCO	STHIL TS 420
CORTADORAS DE PISO A DISCO	HUSQVARNA MODELO K750
EXTRUSORA	IMB - MOTOR DIESEL 10 HP
FRESADORA	FINITI MODELO FTF
FURADEIRA	DWT FID 852
FURADEIRA	BOSCH CBH 24V VRF BATERIA
FURADEIRA DE BANCADA	SCHULSE FSB

FURADEIRAS MANUAL	BOSCH
FURADEIRAS MANUAL MARTELETE	DWT
GERADOR AVR	KAWASHINA SERIE GG3100B
LAVADOURA AUTA PRESSÃO ELETRICA	HYDRONLUZ MB 0147C
LAVADOURA AUTO PRESSÃO GASOLINA	TOYAMA TE 70
LIXADEIRA MANUAL	VONDER
LIXADEIRA MANUAL	BOSCH
MOTO DE PINTURA VIÁRIA	HORIZONTAL MZBRASIL
MOTOBOMBAS	KAWASHIMA MODELO GW-200 PARA CAMINHÃO PIPA
MOTO-ESMERIL	MOTOMIL
MOTOR DIESEL	10 HP BRANCO
MOTOR DIESEL	ANMAX 192FC
MOTOR GASOLINA	4T BRANCO
MOTOR GASOLINA	BUFALO 4T
MOTOR GASOLINA	HONDA GX 270
MOTOSSERRA	HUSQVARNA MODELO 445
MOTOSSERRA	HUSQVARNA 435
MOTOSSERRA	HUSQVARNA MODELO 288
PARAFUSSADEIRA	DWT PFD 0201 BATERIA
PERFURADOR DE SOLO	VULCAN
PICADOR	LIPPEL
PISTOLA DE PINTURA VIARIA	KAMBER MODELO 8HR MANUAL
PISTOLA DE PINTURA VIARIA	KAMBER MODELO 84 PNEUMATICA
PLACA VIBRATÓRIA	TOYAMA
PODADOR DE CERCA VIVA	VULCAN MODELO VP 2450
PODADOR DE GALHOS	HUSQVARNA
PODADORES DE CERCA VIVA	HUSQVARNA MODELO 122 HD60
POLICORTE	FERRARI
ROÇADEIRA	TATU MODELO 1.80
ROÇADEIRA	HUSQVARNA MODELO 128 R
ROÇADEIRA	HUSQVARNA MODELO 236 R
ROÇADEIRA	HUSQVARNA MODELO 143 RII
ROMPEDOR	SAFARI MAX ET 1342
ROMPEDOR	AWT H1125
ROMPEDOR MARTELO DEMOLIDOR	SONGLE TOOLS
SERRA CIRCULAR MADEIRA	DWT SCD 1400
SERRA MARMORE	MAKITA 110MM NH3 4100
SERRA MÁRMORE	VONDER
SERRA TICO-TICO	BOSCH
SOPRADOR	HUSQVARNA 125 BVX
SOPRADOR	HUSQVARNA 125 B
SOPRADOR	HUSQVARNA 125 BVX
TRATOR CORTADOR DE GRAMA	GIRO ZERO HUSQVARNA MODELO MZ 5225

2.9.1. A qualquer tempo a Surg poderá solicitar a inclusão de veículos, máquinas ou equipamentos, à medida em que novas aquisições, cessões de uso ou doações sejam realizadas.

2.10. O SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTA COMPREENDE A DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA QUE ATENDA NO MÍNIMO:

2.10.1. Gerenciamento de manutenção de veículos automotores e equipamentos, por meio de implementação e operação de um sistema informatizado e integrado com ou sem utilização de cartão magnético;

2.10.2. Disponibilização de rede credenciada sendo de no mínimo 03 (três) estabelecimentos para cada tipo de serviço/produto, em conjunto ou separadamente, conforme item 5.11.6, devendo a empresa credenciar novos estabelecimentos conforme demanda e solicitação da administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

2.10.3. Execução de manutenção preventiva e corretiva dos veículos e equipamentos, com mecânica, diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação, conservação, elétrica, retífica de motores, solda e torno, alinhamento, balanceamento de rodas, montagem, cambagem, recapagem e conserto de pneus, serviço de borracharia em geral, troca de óleo, troca de filtros de óleo e ar, alinhamento de direção, suspensão, lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, socorro mecânico por

guincho/reboque, fornecimento de peças, pneus, lubrificantes, mangueiras e terminais, produtos e acessórios de reposição genuínas, originais ou genéricas;

2.10.4. Acompanhar e orientar a rotina de utilização dos equipamentos, sugerir rotinas para aumentar sua vida útil, aperfeiçoar a confiabilidade de seu desempenho e minimizar os danos aos veículos. As orientações deverão ser feitas por escrito;

2.10.5. Realizar diagnóstico/avaliação dos serviços em, no mínimo, 03 (três) empresas credenciadas, em até 36 (trinta e seis) horas, gerando assim orçamento que deverá ser analisado e aprovado pelo departamento de manutenção mecânica da SURG, e aberto a cotação nas oficinas credenciadas, estas terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar a cotação;

2.10.6. Incluir todos os serviços de mão de obra, peças e insumos, necessários a manutenção dos veículos e equipamentos que compõem a frota da SURG, ainda que não expressamente previstos neste termo, mas que sejam indispensáveis ao seu pleno funcionamento;

2.11. REDE CREDENCIADA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS:

2.11.1. A rede credenciada deverá possuir equipamentos básicos para análise de sistema eletrônico de veículos, incluindo diagnósticos em sistemas analógicos e digitais de injeção eletrônicos;

2.11.2. Deverá possuir instrumentos de medição e diagnósticos mecânicos convencionais, como micrômetros e relógios comparadores (incluindo súbito), paquímetros, manômetros (pressão de óleo, pressão de linha de combustível e compressão de cilindros), bomba de vácuo, estetoscópio e aparelho para detecção de vazamentos em sistemas de arrefecimento e lubrificação;

2.11.3. Deverá possuir equipamentos para elevar veículos, compatíveis com o peso dos mesmos;

2.11.4. Os serviços de reboque/guincho poderão ser utilizados quando da impossibilidade de locomoção do veículo para sua manutenção em alguma oficina ou estabelecimento da rede credenciada;

2.11.5. Nos serviços deverá ser incluída a mão de obra referente à execução dos serviços e fornecimento de peças, em conjunto ou separadamente;

2.11.6. A rede credenciada deverá compreender: oficinas multimarcas, centros automotivos, distribuidores de autopeças e de transporte em suspenso por guinchamento, tendo um mínimo de 3 empresas locais credenciadas para cada tipo de serviço. Para peças, produtos, acessórios, etc, será admitida que a rede credenciada esteja localizada em outras regiões;

2.11.7. Caso a manutenção solicitada para veículos ou equipamentos seja muito específica, não se enquadrando nos tipos de serviços prestados pelas oficinas e estabelecimentos locais da rede credenciada, poderá a contratada credenciar empresas de outras localidades dentro do estado do Paraná, cujos custos de deslocamento correrão por conta da contratada ou, caso não seja possível, a CONTRATADA poderá formalizar justificativa à SURG, cabendo a esta aceitar, ou não, os argumentos apresentados, de forma motivada;

2.11.8. Os orçamentos apresentados pela rede credenciada serão verificados e avaliados antes da liberação dos serviços e fornecimentos e, após a aprovação pela contratante, deverão ser executados e concluídos nos estabelecimentos credenciados e serão pagos pela contratada;

2.11.9. O tempo estimado para execução de cada serviço não poderá ser superior ao indicado na tabela de referência temporária, ainda que o fornecedor da rede credenciada estime tempo superior ao indicado na tabela de referência. Ainda que o fornecedor da rede credenciada estime o tempo superior para a execução do serviço, o pagamento à contratada limitar-se-á à quantidade de horas previstas na tabela.

2.11.10. Em se tratando de algum serviço que não for disponibilizado nessa tabela, deverá o fiscal de contrato fazer uma avaliação técnica, juntamente com a oficina credenciada e o mecânico, para estimar o tempo previsto de execução dos serviços;

2.11.11. Havendo dúvidas quanto aos valores apresentados nas cotações, o fiscal de contrato empreenderá ações para verificação do preço real de mercado e confrontar/recusar os orçamentos apresentados;

2.11.12. A rede credenciada eleita terá o prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas para a prestação dos serviços ou fornecimento das peças, após aprovado o orçamento pela SURG e autorizada a execução;

2.11.13. Será eleita a cotação de menor valor sempre que possível, exceto no caso de existirem questões técnicas ou operacionais que justifiquem a escolha de outra cotação, devidamente motivada no momento da aprovação e desde que comprovadamente o preço seja compatível com o praticado no mercado;

2.11.14. O tipo de peça a ser utilizado em cada manutenção (genuína, original, paralela) será definido pelo Contratante, de acordo com sua política de manutenção e após avaliação do custo-benefício. Toda escolha do fiscal será devidamente justificada.

2.11.15. A rede credenciada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 90 dias corridos, a todo o serviço executado e produto fornecido, contados a partir da entrega definitiva, sendo que durante este prazo, estará obrigada a refazer/substituir os serviços/produtos considerados imperfeitos, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE;

2.11.16. Caso a garantia de fábrica para produtos seja superior ao previsto no item anterior, prevalecerá esta;

2.11.17. A rede credenciada deverá sempre fazer a devolução das peças que tenham sido substituídas;

2.11.18. A Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela SURG, documentação comprobatória da procedência das peças destinadas à manutenção e reparo dos veículos;

2.11.19. A contratada e a rede credenciada deverá permitir a fiscalização da execução do serviço por meio de servidor designado pela SURG, atendendo às reclamações formuladas, podendo ele sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;

2.12. SISTEMA:

2.12.1. A CONTRATADA deverá implantar no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, envolvendo o fornecimento e operação de um sistema informatizado com rede credenciada de fornecimento em plena execução;

2.12.2. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos, máquinas e equipamentos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com serviços gerais, peças em geral e tudo mais que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota, possibilitando o controle e gestão das informações sobre os veículos, devendo ser disponibilizadas as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

I. Ordem de serviço cadastrada;

II. Comparativo do valor na Ordem de Serviço;

III. Diagnóstico/Orçamento eletrônico;

IV. Registro de garantia de peças/serviços;

V. Histórico dos diagnósticos/orçamentos;

VI. Cotação em tempo real (on-line) das oficinas – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;

VII. Cadastro do veículo;

VIII. Cadastro dos condutores;

IX. Composição da frota e idade média;

X. Relação de credenciados;

XI. Relatório de operação de manutenção;

XII. Custos por grupo de manutenção ou centro de custos – Veículos/equipamentos;

XIII. Custos e quantidade por tipo de manutenção – veículos/equipamentos;

XIV. Pesquisa no sistema – garantia de peças e serviços;

2.12.3. O sistema deverá conter registro do saldo de empenho para consulta a qualquer tempo sendo diferenciado por: Valor empenhado (valor inserido no sistema), valor reservado (soma dos valores referente às Ordem de Serviço que estão com sua execução autorizada e em andamento), valor executado (soma dos valores das O.S. faturadas). Devendo ser passível de distinção valores referentes a peças e serviços;

2.12.4. O sistema deverá disponibilizar cadastro de impostos, taxas e seguros, com controle de vencimento, ficando a cargo da contratada realizar as consultas e cadastros no sistema;

2.12.5. O sistema deverá dispor de controle de pneus, possibilitando o cadastro da troca dos pneus contendo a data da troca, previsão da próxima troca, previsão do próximo rodízio, data do balanceamento e data do alinhamento;

2.12.6. O sistema deverá dispor de controle de lubrificantes, possibilitando o cadastro da troca de óleos/aditivos/etc, contendo a data da troca, previsão da próxima troca, entre outras informações pertinentes;

2.12.7. O sistema deverá dispor de ferramenta para cadastro e registro de vistoria de cada veículo/equipamento, incluindo obrigatoriamente o *upload* de arquivos de mídia e documentos sendo possível visualizar e imprimir caso seja necessário, a vistoria deverá conter as informações do veículo/equipamento e do usuário que realizou a avaliação;

2.12.8. Permitir que a Contratante estabeleça níveis de permissão (consulta/ administração) do acesso ao sistema de gerenciamento da frota, podendo um ou mais servidor ter acesso completo ou parcial de toda frota;

2.12.9. Não haverá limite de usuários do sistema;

2.12.10. Registro informatizado dos dados de manutenção e disponíveis para consulta via WEB em tempo real;

2.12.11. Referente ao software de gestão de manutenção deverá a empresa contratada disponibilizar acesso ao software em português, com liberação para consulta de orçamento via web;

2.12.12. Deverá fornecer à SURG, sem custos, a liberação para consulta via web, através de sistema compartilhado, das tabelas de valores de peças e acessórios (tipo Audatex, cilia, orion ou similar) usada pelo sistema para montagem do orçamento. Se a contratada utilizar outro sistema de análise de valores para os serviços dentro do orçamento, deverá demonstrar que o sistema possui o mesmo desempenho, qualidade, preços e produtividade como os das demais tabelas;

2.12.13. Permitir o bloqueio / desbloqueio / troca de senha VIA WEB, em tempo real, para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da SURG.

2.12.14. O sistema deverá emitir relatório pdf, txt e xls e enviado a administração de frotas da SURG com frequência semanal ou se solicitada a qualquer momento;

2.12.15. O sistema da CONTRATADA deverá emitir, no estabelecimento credenciado, comprovante da transação;

2.12.16. Adotar sistema de segurança que vincule o sistema ao veículo/equipamento, de forma que impeça a manutenção de outros veículos, que não sejam autorizados pela Contratante, permitindo o controle sobre todos os veículos;

2.12.17. A Contratada deverá realizar atendimento, solução de problemas e assistência técnica relativa ao software fornecido em até 24 (vinte e quatro) horas, no caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico. A rede credenciada deverá aceitar atendimento nesse intervalo, em contingência para garantir a continuidade dos serviços;

2.12.18. A Contratada deverá disponibilizar um número de telefone, contato Whatsapp ou outro meio rápido e direto para chamadas em horário de expediente ou fora deles, preferencialmente 24 (vinte e quatro) horas todos os dias da semana, sem qualquer ônus para a SURG.

GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

2.13. PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

2.13.1. A rede credenciada da Contratada deve praticar preços compatíveis com os do mercado, utilizando-se para determinar a razoabilidade destes, os preços médios divulgados pela Agência Nacional de Petróleo – ANP. Desta forma, considerando que a referência de preços dos combustíveis é o divulgado pela ANP, é aceitável que o preço do combustível praticado na rede credenciada tenha como o preço máximo aquele constante no Site da ANP (Sistema de Levantamento de Preços) no resumo PREÇO VENDA – MÉDIA para o período de fornecimento.

2.13.2. A taxa de administração Contratada será fixa e irrevogável.

2.14. QUANTITATIVO DE GASTOS DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS

TIPO DE PRODUTO	VALOR ESTIMADO APROXIMADO (ÚLTIMOS 24 MESES)
ETANOL E ARLA A GRANEL	R\$ 130.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL	R\$ 130.000,00

2.14.1. O valor estimado foi baseado no consumo da SURG nos últimos 24 meses, acrescido de uma margem, a fim de garantir que o saldo contratual seja suficiente para um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.14.2. O valor máximo é meramente estimado, não se obrigando a SURG ao consumo do valor total estimado para esta contratação.

2.15. REDE CREDENCIADA E ABASTECIMENTOS

2.15.1. A Contratada deverá apresentar uma rede credenciada de, no mínimo: 03 (três) estabelecimentos no perímetro urbano da cidade de Guarapuava e 03 (três) no perímetro urbano da cidade de Curitiba, para eventuais viagens à capital, todos com horário de funcionamento de 7h às 21h, de segunda a domingo;

2.15.2. A empresa Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a relação dos postos cadastrados, a partir da assinatura do contrato;

2.15.3. Não será admitido o credenciamento de postos de bandeira branca;

2.15.3.1. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela SURG, documentação comprobatória da procedência dos combustíveis usados pelos postos credenciados e, se houver dúvidas sobre a qualidade, deverá se responsabilizar por eventual análise e laudos respectivos;

2.15.4. A Contratante poderá exigir o credenciamento de novos postos de abastecimento, conforme as suas necessidades indicadas em documento formalizado. Nesse caso, a Contratada deverá apresentar nova rede credenciada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da solicitação;

2.15.5. As eventuais alterações ou mudança dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente à Contratante;

2.15.6. A Contratada é a única responsável pelo pagamento aos credenciados, ficando claro que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

5.16. SISTEMA DE ABASTECIMENTO:

2.16.1. A SURG fornecerá à Contratada o cadastro completo e atualizado dos veículos, equipamentos, condutores, responsáveis e identificação das respectivas áreas que os mesmos estão alocados contendo os seguintes dados, conforme o caso: placa, marca, modelo, chassi, tipo de combustível, ano de fabricação, lotação, capacidade do tanque, hodômetro, nome e registro funcional;

2.16.2. O sistema viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis;

2.16.3. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma on-line e instantânea;

- 2.16.4.O sistema deverá permitir, para cada veículo/equipamento um limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pela Contratante, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do Fiscal do Contrato;
- 2.16.5.O sistema deverá emitir comprovante imediato da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor: identificação do posto (nome e endereço), identificação do veículo (placa) e hodômetro do veículo no momento do abastecimento (se houver) ou identificação do equipamento; tipo de combustível e/ou serviço utilizado; a data e hora da transação; quantidade de litros; valor da operação e identificação do condutor;
- 2.16.6.O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos, o cartão magnético, etiqueta ou dispositivo equivalente da Contratada, compreendem, no mínimo:
- 2.16.6.1.Registro informatizado dos dados de abastecimento e disponíveis para consulta via WEB, no momento que efetuar a operação;
- 2.16.6.2.Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;
- 2.16.6.3.Parametrização do cartão magnético, etiqueta ou dispositivo equivalente, com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos, contendo no mínimo restrições de tipo de combustível por veículo, preço unitário limite por litro e quantidade mensal de litros para a frota;
- 2.16.6.4.O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio da etiqueta, cartão magnético ou equipamento semelhante;
- 2.16.6.5.Identificação do usuário no momento do abastecimento através de senha pessoal;
- 2.16.6.6.Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela Contratada, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para cada setor sem qualquer ônus para a Contratante, exportação de dados para o Software de Gestão de Frota da Contratante, permitindo a leitura de arquivos TXT ou XML e ainda a possibilidade de layout e formatação de campos, conforme necessidade da Contratante;
- 2.16.6.7.A Contratada deverá disponibilizar acesso ao Software de Gestão de Abastecimento compatível ao definido pela Contratante;
- 2.16.6.8.A Contratante deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso do Software de Gestão de Abastecimento a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades;
- 2.16.7.Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:
- 2.16.7.1.Relação dos veículos/equipamentos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação e departamento e centro de custos, se houver;
- 2.16.7.2.Histórico das operações realizadas pela frota contendo:
- 2.16.7.2.1.Data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do condutor, identificação do veículo/equipamento, hodômetro do veículo no momento do abastecimento (se houver), tipo de combustível, quantidade em litros, valor unitário por tipo de combustível, valor total da operação em R\$ (reais);
- 2.16.7.2.2.Quilometragem entre os abastecimentos e/ou intervalo de tempo e média de consumo por litro;
- 2.16.7.2.3.Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela Contratante;
- 2.16.7.2.4.Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado - Mensalmente informar os preços históricos unitários em R\$/L contratados no último mês por tipo de combustível ordenados do menor valor para o maior (ordem decrescente de valor) com respectivo nome do posto e por região;
- 2.16.7.2.5.Volume de litros, de gastos realizados por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;
- 2.16.7.2.6.Indicação dos desvios de média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros;
- 2.16.7.2.7.Despesas realizadas por unidade, quando for o caso; e, desconto sobre o preço da bomba, quando for o caso.
- 2.16.8.A contratada deverá realizar atendimento, solução de problemas e assistência técnica relativa ao software fornecido em até 24 (vinte e quatro) horas, no caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico. A rede credenciada deverá aceitar abastecimento em contingência para garantir a continuidade dos serviços;
- 2.16.9. A Contratada deverá disponibilizar um número de telefone, contato WhatsApp ou outro meio rápido e direto para chamadas no mesmo período referido no item 5.7.1.

SEGURANÇA DOS SERVIÇOS PRESTADOS (lote 1 e 2):

2.17. Nos casos de falha do software ou dos equipamentos periféricos da rede credenciada e da ocorrência de quaisquer situações adversas, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente, que consiste na obtenção, por telefone (Central de Atendimento), por parte da rede credenciada, do número da autorização a ser transcrito para formulário específico da Contratada, visando garantir a

manutenção das informações necessárias ao controle e gestão de frotas e abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais da Contratante;

2.18. Nenhum veículo ou equipamento da SURG poderá ficar sem manutenção ou abastecimento, devido à falhas ou qualquer impedimento no sistema ou situações adversas, conforme avaliação e determinação do fiscal de contrato.

3. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os objetos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e da proposta;

3.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado até 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

4.1.1. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica/Fatura dos serviços prestados, a qual deve indicar a quantidade fornecida, a descrição, o valor unitário e total, o número da licitação e da ata/contrato/ordem de fornecimento, acompanhada dos relatórios de serviços e peças adquiridos via sistema.

4.1.2. A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2. devem ser encaminhados ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.jorgete@surg.com.br, e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

4.1.3. **É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.**

4.2. A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

a) Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. **Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.

b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;

c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;

4.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

4.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

4.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

4.6. Os pagamentos dos fornecimentos e/ou prestação de serviços efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

4.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

4.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constatare a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

4.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 25 (vinte e quatro) horas.

4.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO**MINUTA DE CONTRATO Nº __/2025****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS
DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG É A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. FLAVIO JOSE SILVESTRI**, brasileiro, engenheiro civil e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, ambos com domicílio profissional na SURG.

E de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede a Rua, nº, Bairro, CEP, (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025**, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente **Termo é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção preventiva, corretiva e abastecimento de veículos e equipamentos utilizados pela SURG**, conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convencionam que a Contratante, no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º, do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Taxa de administração mínima admitida
01	1	un	Prestação de serviços de gestão de manutenção de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção corretiva e preventiva de veículos e equipamentos utilizados pela SURG, por meio de rede de estabelecimentos especializados e credenciados, nas condições do termo de referência.	

02	1	un	Prestação de serviços de gestão de combustível por meio de sistema eletrônico, para abastecimento dos veículos e equipamentos utilizados pela SURG, por meio de rede de estabelecimentos credenciados, com o fornecimento de etanol e arla a granel, nas condições do termo de referência.	
----	---	----	--	--

1.5. do departamento solicitante, razão pela qual não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados no subitem acima (1.4), sendo que tal fato não gerará direito algum à contratada, acerca do recebimento total do valor ora contratado, e ou mesmo a aplicação de qualquer penalidade à contratante por suposto descumprimento parcial do contrato.

1.6. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de (.....) meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Conforme critérios de pagamento descritos no Termo de Referência - Anexo I - desse edital, que serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Conforme regras de estabelecidas no Edital, que serão aqui transcritas no momento do contrato definitivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DOS PRODUTOS

7.1. Os materiais deverão ter garantia contra defeitos ou imperfeições, deverão ser substituídos pela proponente sem ônus para a contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos no Anexo I deste edital e serão aqui transcritos no momento do contrato definitivo.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 256/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 192581, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeada a **Srs. Srs. Leandro Monteiro da Silva para o lote 1 (veículos e máquinas), Eduardo Moreira da Rosa (equipamentos) e Ana Flávia Tractz da Luz para o lote 2**, matrículas 190497, 160571 e 192155, respectivamente a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.4. Compete ao **Gestor de Contrato** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 25** do Edital.

9.5. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal do Contrato**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 25** do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

- 10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como nos contratos, atas e demais documentos que deles derivarem;
- 10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e nos contratos, atas e demais termos da presente contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento e/ou prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações da Contratada:

- 10.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.3.2. Efetuar o serviço e fornecimento em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela SURG, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, emitindo-se a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de quantidade e valor;
- 10.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a SURG, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- 10.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.
- 10.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 25 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 10.3.9. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.3.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (Anexo I) ou na minuta de contrato;

10.3.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.3.12. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.3.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.3.15. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

11.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

11.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

11.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

11.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;
- III - judicialmente, nos termos da legislação.
- IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior^o será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;
- III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;
- b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e,

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava - PR, data conforme a última assinatura eletrônica.

Assinado digitalmente por:

FLÁVIO JOSÉ SILVESTRI
Diretor Administrativo - SURG

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico - SURG

NOME DA EMPRESA
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha / Gestora da Ata

LEANDRO MONTEIRO DA SILVA
Testemunha / Fiscal da ata (Lote 1)

EDUARDO MOREIRA DA ROSA
Testemunha / Fiscal da ata (equipamentos)

ANA FLÁVIA TRACTZ DA LUZ
Testemunha / Fiscal da ata (Lote 2)

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025

Empresa: CNPJ

Endereço: Cidade/Estado:

Fone / Whatsapp: Email:

Responsável pela assinatura do contrato:

CPF: Email: Telefone:

Dados Bancários: Banco: Agência: Conta:

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção preventiva, corretiva e abastecimento de veículos e equipamentos utilizados pela SURG, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Taxa de administração mínima admitida
01	1	un	Prestação de serviços de gestão de manutenção de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção corretiva e preventiva de veículos e equipamentos utilizados pela SURG, por meio de rede de estabelecimentos especializados e credenciados, nas condições do termo de referência.	- ____%
02	1	un	Prestação de serviços de gestão de combustível por meio de sistema eletrônico, para abastecimento dos veículos e equipamentos utilizados pela SURG, por meio de rede de estabelecimentos credenciados, com o fornecimento de etanol e arla a granel, nas condições do termo de referência.	- ____%

Valor global do item 01 com a aplicação da taxa de administração = R\$ (... por extenso ...)

Valor global do item 02 com a aplicação da taxa de administração = R\$ (... por extenso ...)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Serviços: Conforme descrito no Termo de Referência.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 02/2025 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta de contrato, respectivamente).

Local, de de 2025.

.....
Nome e Assinatura do sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante
(Nº Cédula de Identidade)

ANEXO IV – DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCEIRA
(modelo)

DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCEIRA

EDITAL DE PREGÃO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico para manutenção preventiva, corretiva e abastecimento de veículos e equipamentos utilizados pela SURG, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

Empresa: CNPJ

À SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a % do valor estimado da contratação.

Local,de.....de 2025.

Nome do Contador

CPF nº

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa).

Ao
Departamento de Licitações e Contratos da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG.

DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA EFEITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o número, sediada, através de seu representante, Sr(a)., CPF número, RG número na qualidade de proponente do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 02/2025**, instaurado pela SURG, declara sob as penas da lei que:

- a)** os documentos que descrevem o objeto foram colocados à disposição da licitante e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade do cumprimento;
- b)** aceita participar do presente processo nas condições estipuladas na proposta e assume integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto;
- c)** cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos pela SURG e inexistente fato impeditivo para fornecimento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d)** não se encontra em processo de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente;
- e)** não possui condenações em ações cíveis ou criminais por prática de atos de improbidade administrativa;
- f)** seus sócios e administradores não se enquadram nas restrições contidas no artigo 12 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG e artigo 38 da Lei 13.303/16;¹
- g)** não se encontra com o Direito de Licitar suspenso perante a SURG ou qualquer outro órgão público do Município de Guarapuava, bem como não encontra-se declarado inidôneo por órgão ou entidade em qualquer das esferas do Governo;
- h)** a proposta elaborada para participar do processo licitatório não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro fornecedor potencial ou por qualquer meio ou pessoa; que não tentou influir na decisão de qualquer outro fornecedor quanto a participação ou não no processo; que o conteúdo da proposta não foi discutido no todo ou em parte com qualquer integrante da SURG antes da sua apresentação; que está ciente do teor desta declaração e que possui plenos poderes e informações para afirmá-la;
- i)** não possui, no seu Quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988;
- j)** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k)** os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com servidores efetivos investidos de cargos de direção, chefia e assessoramento, ou exerçam função gratificada e ainda que façam parte do departamento de compras, licitações e contratos, seja pregoeiro e ou membro da equipe de apoio, e da comissão permanente de licitações do Município de Guarapuava, da SURG ou da Câmara Municipal de Guarapuava ou que exerçam função de fiscalização e gestão de contratos oriundo do presente processo licitatório, agentes políticos, prefeito, vice-prefeito e ocupantes de cargos em comissão da prefeitura, SURG ou câmara, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.
- l)** A empresa se responsabiliza civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações apresentadas nesta declaração.

Local, de de 2025.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa

¹ Regulamento disponível no site: https://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2019/02/Regulamento_Interno_de_Licitacoes_Contratos_da_SURG.pdf

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

86V**QMD****RWD****5M7**